

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 15

# *Rituais e Cerimónias*



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1993

## A PRAXE NA ACADEMIA DE COIMBRA

## Das práticas às representações (\*\*)

1. *Mitos e ritos*

Enquanto o século XIX, por força do seu optimismo científico, via no mito uma perspectiva de fábula e de invenção, o nosso tempo, ao tentar a sua compreensão, encara-o como um elemento altamente precioso e indispensável, porque capaz de traduzir comportamentos humanos conferindo-lhes valor e significado. É Malinowski que, citado por Mircea Eliade, nos diz: "O mito é (...) um elemento essencial da civilização humana; longe de ser uma vã fabulação, é, pelo contrário, uma realidade viva, à qual constantemente se recorre" (\*). Daí que Reis

(\*) Escola Superior de Educação da Guarda.

(\*\*) Texto de um trabalho académico de âmbito mais vasto.

(1) *Apud* Mircea Eliade, *Aspectos do mito*, Lisboa, Ed. 70, 1963, p. 24. A este propósito também Lévi-Strauss nos refere: "O que é importante é que principiamos a interessar-nos cada vez mais por este aspecto qualitativo e que a ciência, que tinha uma mera perspectiva quantitativa desde o século XVII até ao século XIX, começa a integrar agora também os aspectos qualitativos da realidade. Esta tendência habilitar-nos-á, indubitavelmente, a entender uma grande quantidade de coisas presentes no pensamento mitológico e que no passado nos apressávamos a pôr de parte como coisa carecida de significado e absurda. E o desenvolvimento desta linha levar-nos-á a ver que entre a vida e o pensamento não há aquele fosso absoluto que foi tomado como uma realidade concreta pelo dualismo filosófico do século XVII". (Claude Lévi-Strauss, *Mito e significado*, Lisboa, Ed. 70, 1987, p. 38).

Torgal nos recorde: "Os mitos fazem parte da história e temos de viver com eles" (2). Aliás, a componente mitológica da história é, no entender de Joaquim Ferreira Gomes, "o que ela tem de mais belo"(3).

O incremento que o mito e a história do imaginário têm nos nossos dias deve-se a um conjunto de factores que, na opinião de Gilbert Durand, se traduzem numa afirmação progressiva de remitologia (4). Uma vez que através do mito podemos mais facilmente explicar factos primordiais do passado ou do presente, o próprio Mircea Eliade confere-lhe uma importância fundamental, a tal ponto que não hesita em afirmar que "la compréhension du mythe comptera un jour parmi les plus utiles découvertes du XX siècle" (5).

Em íntima união com os mitos, encontram-se os ritos e todo o conjunto de cerimónias a eles ligados — os rituais. Um dos pensadores que mais procurou relacionar os mitos e os ritos foi G. Dumézil que, em *Ouranos-Varuna*, escreveu: "A verdade é que os mitos nascem e desenvolvem-se em condições obscuras, mas quase sempre solidários com os ritos: mitos de bandos de monstros' têm grandes hipóteses de surgir com ritos de disfarce, um mito de castração com castrações rituais" (6). Neste mesmo sentido se pronunciou Roger Caillois ao escrever: "separado do rito, o mito perde, se não a sua razão de ser, pelo menos o melhor da sua força de exaltação: a capacidade de ser vivido" (7).

Os ritos têm uma função extraordinariamente importante, pois é graças a eles que as culturas se conservam mais ou menos integradas, porque os ritos, fazendo reviver os acontecimentos, conseguem estabelecer uma ligação entre o hoje e o ontem, entre o presente e o passado. Um bom exemplo, de entre vários, é o que se passa na Academia de Coimbra com os rituais praxísticos.

(2) Luís Reis Torgal, "Da(s) crise(s) e do(s) mito(s) da(s) Universidade(s)", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 12,1990, p. 14.

(3) Joaquim Ferreira Gomes, *Estudos para a história da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1991, p. 122.

(4) Cfr. Gilbert Durand, *Mito, símbolo e mitologia*, Porto, Ed. Presença, 1982.

(5) Mircea Eliade, *Mythes, rêves et mystères*, Paris, Gallimard, 1957, p. 38.

(6) Cit. por Roger Caillois, *O mito e o homem*, Lisboa, Ed. 70, 1980, p. 25, nota 15.

O *Idem*, p. 25.

## 2. Conceito de praxe

Apesar das profundas transformações que o andar dos tempos e o surto de progresso vão operando, a Academia de Coimbra, no bom sentido da palavra, é uma sociedade fortemente tradicionalista, porque encerra em si um forte sentido de memória. Por isso, ainda hoje, continua a viver do seu passado, dos seus mitos ou, como diz Carminé Nobre, "duma tradição que lhe criaram os seus poetas, os seus cantores e as travessuras de tantos outros" (8).

Desde tempos muito longínquos que a questão da praxe tem sido motivo, não só de protestos e escritos vários, mas também de acesas e apaixonadas polémicas entre aqueles que a defendem e os que a atacam. Já no século XVIII, tanto Luís António Verney como António Nunes Ribeiro Sanches se manifestavam contra certos costumes e práticas dos estudantes de Coimbra, chegando o autor do *Verdadeiro Método de Estudar* a propor castigos para todos aqueles que abusassem dos "novatos" (9); em 1873, devido à morte de um aluno do 2º ano de Direito, António de Barros Coelho de Campos, um grupo de 33 estudantes distribuía, em 7 de Maio do mesmo ano, um comunicado contra o uso da praxe, nomeadamente as trupes e certas troças (10); nos princípios do nosso século, é Gustavo Martins de Carvalho quem publica um opúsculo denunciando a praxe como uma "tradição em guerra aberta com o progresso" (11); em 1905,

(8) Carminé Nobre, *Coimbra de capa e batina*, 1ª vol., 2ª. ed., Coimbra, Atlântida, 1946, p. 11.

(9) "Seria bom que, nessa sua Universidade, se desse um rigoroso castigo, ainda de morte, aos que injustamente acometem os *novatos* e fazem outras insolências. A brandura com que se tem procedido neste particular, talvez foi causa do que ao depois se fez e ainda se faz. Nesse particular seria eu inexorável "(Luís António Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. organizada pelo Prof. António Salgado Júnior, vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1949, p. 179). Também Ribeiro Sanches no *Método para aprender e estudar a medicina* faz uma crítica bastante dura aos costumes dos estudantes: "Não havia defesa daquelas bárbaras e indecentes investidas, feitas com violência e desacatos, armados os agressores como para assaltar um castelo..." (António Nunes Ribeiro Sanches, *Obras*, vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade de Coimbra, 1959, p. 144).

(10) Este comunicado encontra-se transcrito em *O Conimbricense*, nº 5.946, de 22 de Novembro de 1904.

(11) Gustavo Martins de Carvalho, *A praxe académica*. Apello, Coimbra, 1902, p. 5.

contra o protesto de alguns, também José de Arruela e mais alguns companheiros propõem, contra o que era habitual, que os "novatos" fossem recebidos com festejos e palavras de simpatia (12); em 1910, invocando a revolução e em nome da liberdade, decreta-se a abolição da praxe (13); em 1914, António Augusto de Miranda insurge-se contra a vontade manifestada por alguns estudantes, que apelida de "retrogrados e de inimigos do progresso", por quererem ressuscitar o regime da "trupe, com as colheres, a tesoura e a moca" (14), para, em 1919, se assistir à sua ressurreição (15). Envolvendo algumas personalidades, o último debate sobre a questão teve lugar em 1957, através de um conjunto de artigos publicados no *Diário de Lisboa* (16). Se os

(12) "Em 1905, o nosso bondoso condiscipulo José de Arruela (...) quis substituir as velhas, bolorentas e selváticas praxes, por outras mais consentâneas com o sentir da mocidade, que foi e será sempre generosa. Em lugar do pontapé, das pastadas, dos cortes de cabelo e tantas outras maldades, pretendeu que se deitassem flores, se fizessem sessões e festas pomposas na recepção aos novatos". (Diamantino Calisto, *Costumes académicos de antanho*, Porto, Imprensa Moderna, 1950, p. 124). Do Grupo Académico de Recepção aos Novatos, para além de José de Arruela fazia também parte o terceiranista de Direito, Henrique Martins de Carvalho. A este movimento aderiram várias personalidades académicas e civis, tais como os doutores Júlio Henriques e Bernardino Machado, Joaquim Martins de Carvalho e o poeta Guerra Junqueiro. Aderiu também a Associação Comercial de Coimbra. (Cfr. O *Conimbricense*, nºs. 6.017, 6.019, 6.020 e 6.044, de 1, 8 e 12 de Agosto de 1905 e 4 de Novembro do mesmo ano).

(13) Com a implantação da República muitas das praxes académicas foram abandonadas. Se o uso da capa e batina se tomou facultativo, já o toque da velha "cabra" foi abolido. (Cfr. *A Cabra*, nº. único, Novembro de 1910). Em 1918, um jornal da época, referindo-se à morte do velho cabreiro, António Brardo, comentava: "Uma ocasião a liberdade triunfante [República] agarrou no camartelo derruidor e zas... deu morte logo às significativas praxes académicas, percorrendo então a cidade um cortejo 'o enterro da cabra' que foi sim o enterrar sinistro, grotesco e dolorido da lendária graça coimbrã" (*Imparcial*, nº 292, Coimbra, 10 de Janeiro de 1918).

(14) *A Briososa*, ano 4º, nº 5, (4ª. Série), Coimbra, 22 de Janeiro de 1914.

(15) Cfr. Joaquim Ferreira Gomes, *A Universidade de Coimbra durante a Primeira República (1910-1926). Alguns Apontamentos*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1990, pp. 286-287 e 314-316. Veja-se também Armando Candido, *Coimbra do meu tempo*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & Cª., 1929, pp. 129 e ss.

(16) Esta polémica teve lugar entre fins de Novembro de 1957 e finais de Janeiro de 1958.

praxistas atacam os seus adversários por estes não entenderem a praxe, acusando-os de terem visões erróneas e conceitos imprecisos, já os anti-praxistas se refugiam no que de bárbaro e humilhante a mesma comporta para a dignidade da pessoa humana. Este radicalismo de posições situa-se, a maior parte das vezes, não só em maneiras de ser e estar, atitudes e sentimentos pessoais, mas também em posições ideológicas (17), mais do que numa análise objectiva da questão. Referindo-se à última polémica sobre o assunto, Flávio Vara, antigo estudante de Coimbra, escreve: "o debate no *Diário de Lisboa* começou e terminou sem se ficar a saber o que era a *praxe* de Coimbra. Joga-se com esta palavra tendo dela conceitos imprecisos ou contraditórios ou até sem nenhum conceito. Alguns dos articulistas não o definiram, porque nem se lembraram de que era preciso fazê-lo; outros porque não quiseram, pois assim convinha aos seus intentos" (18).

Ao lerem-se as "memórias" que estudantes, ao passarem por Coimbra, escreveram, fica-se com a ideia de que, em Coimbra, a praxe envolvia, não só os relacionamentos que se estabeleciam entre os "caloiros" e os "doutores" (19), mas também tudo o que dizia respeito à vida académica em geral. Alfredo de Freitas Leal, por exemplo, ao descrever a entrada para uma aula, diz-nos que: "Segundo as *praxes* universitárias, os lentes ficavam de pé à porta da aula, até os discípulos terem entrado" (20). Também Cabral de Moneada referindo-se à reabilitação solene dos doutoramentos afirmava: "Ao reatar-se hoje o fio dessa tradição, que não é apenas sua mas é universitária e coimbrã, a Faculdade de Direito experimenta assim também, de um modo particularmente vivo, o grande prazer que para ela existe em se sentir solidária das outras Faculdades suas irmãs na reintegração

(17) Entre outros, um bom exemplo é o manifesto anti-praxista dos estudantes republicanos de 31 de Outubro de 1928. (Cfr. Carminé Nobre, *ob. cit.*, vol. II, pp. 76 - 80).

(18) Flávio Vara, *O Espantallo da "Praxe" Coimbrã*, Lisboa, 1958, p. 17.

(19) Nas diversas "memórias" são várias as alusões às relações do "caloiro" com o "doutor". Se as recomendações que o pai do "caloiro" fazia ao "veterano" da República, para ir vendo e protegendo o seu filho, a maior parte das vezes não funcionavam, já o mesmo não se pode dizer da passagem do "caloiro" à Porta Férrea, onde "só os 'quintanistas' poderiam proteger (...) de apanharem o 'canelão'" (Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 28).

(20) Alfredo de Freitas Leal, *Coimbra nos noventas e outras impressões*, Funchal, 1931, pp. 76-77. (O itálico é nosso).

das tradições e *praxes* académicas" (21). Nesta perspectiva podemos falar de praxe em sentido lato.

Mas, quando o nosso estudo se centra nos diferentes códigos (22), a ideia que fica é já bem outra. Aqui, o conceito de praxe é muito mais restrito, porque se identifica, fundamentalmente, com o conjunto de relações e procedimentos que se devem estabelecer entre os "caloiros" e os "doutores", ficando assim excluídos qualquer outro aspecto da vida académica. É neste sentido que vulgarmente a praxe é entendida, pese embora o facto de o código de 1957 a definir como "o conjunto de usos e costumes tradicionalmente existentes entre os estudantes da cidade de Coimbra e os que forem decretados pelo Conselho de Veteranos" (23).

Um dos investigadores que mais se tem interessado por estes assuntos é Maria Eduarda Cruzeiro (24). Em seu entender, há que definir, logo à partida, um conceito exacto de "praxe". Tendo em conta o sentido etimológico da palavra e articulando a caracterização das formas e a especificação das funções, Eduarda Cruzeiro definiu *praxes* como sendo "práticas institucionais especiais, cujas funções básicas de conservação de uma originalidade fundada na tradição tendem, no desenrolar da sua história, a cristalizá-las em formas quase rituais" (25).

Partindo desta definição e constando-se que o termo "praxe" aparece, pela primeira vez, numa obra editada em 1863 (26), a mesma autora questiona-se sobre dois problemas: o primeiro, em saber se a

(21) *Apud* Armando Candido, *ob. cit.*, p. 134. (O itálico é nosso).

(22) As codificações existentes sobre a praxe são as seguintes: Barbosa de Carvalho, *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra ou Código das Muitas Partidas*, Coimbra, Livraria Cunha Editora, 1916; Dinis de Carvalho, Pereira da Mota e Sousa Ribeiro, *As Praxes Académicas de Coimbra*, Coimbra, 1925; Mário Saraiva de Andrade e Victor Dias Barros, *Código da Praxe Académica de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957,

(23) *Código da Praxe Académica de Coimbra...*, p. 1.

(24) *Action Symbolique et Formation Scolaire. L'Université de Coimbra et sa Faculté de Droit dans la seconde moitié du XIXe siècle*, Paris, 1990; "Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional", *Análise Social*, nº 60, 2ª. Série, vol. XV, Lisboa, 1979.

(25) "Costumes estudantis de Coimbra. *Análise Social...*, p. 802.

(26) "Em casos tais é costume herdado de longos tempos e, como tal, lei académica para os que ainda se prezam de seguir *praxes velhas*". (Rodrigo Veloso, *Folhas ao Vento*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1863, p. 4).

praxe sempre existiu ou se, pelo contrário, é um produto de condições históricas particulares relacionadas com a vida da instituição académica?; o segundo, em compreender porque é que a praxe centra as suas práticas, fundamentalmente, em volta dos caloiros?

Apoiando-se em documentos vários dos séculos XVIII e XIX e tomando por base os diferentes termos neles utilizados (*feição, investidas, caçoada, troça e praxe*), Maria Eduarda Cruzeiro faz, não só uma análise detalhada da evolução dos usos e costumes estudantis, mas também das alterações que se foram verificando ao nível dos comportamentos vivenciais dos estudantes, de que são exemplos o consequente desaparecimento do estudante "cábula" e o aparecimento progressivo do estudante "boémio" (27), para concluir que muitos dos costumes se mantiveram, embora com outra terminologia, mas em diferentes modelos de vida académica.

A utilização do termo "*investidas*", para identificar todo um conjunto de travessuras que os mais velhos, os veteranos, moviam contra os "caloiros" data dos começos do século XVIII. A este propósito lê-se no *Palito Métrico*:

"Depois que desta sorte o tem logrado,  
Lhe começa a dispor uma *investida*,  
Em que seja o Novato maltratado,  
Como nunca se viu em sua vida"(28).

Com o tempo, o termo "*investidas*" foi caindo em desuso. Na primeira metade do século XIX e prolongando-se para lá de 1850 aparecem os termos "*caçoada*" e "*troça*" como designações que se aplicam às práticas que os estudantes mais avançados têm com os que entram pela primeira vez na Universidade. Em 1867, diz-nos um memorialista: "E a tirania dos estudantes antigos, para com os \* 3

(27) Cfr. Manuel Louzã Henriques, "Considerações sobre a boémia estudantil no séc. XIX", in *Univerisdade(s). História. Memória. Perspectivas. Actas do Congresso "História da Universidade" (No 7- Centenário da sua Fundação)*, vol. 3º, Coimbra, 1991, pp. 345 - 54.

(28) *Palito Métrico e correlativa macarronea latino-portuguesa. Nova Edição. De harmonia com a quarta, de 1792, classificada pelo seu editor como apontado de versos macarrónicos latino-portugueses, que alguns poetas de bom humor destilaram do alambique da cachimónia para desterro da melancolia*, Coimbra, Oficinas de Coimbra, Editora, Ldª., 1942, p. 318. (O itálico é nosso).

inocentes e inermes que chegam. Chamam-lhe *cassoar os caloiros*" (29). Se, por variações internas à evolução da língua, "*investida, caçoada e troça* identificam uma prática no seu conteúdo descritivo" (30), já a aplicação do termo *praxe* aos costumes estudantis pressupõe modificações que vão bem mais longe, embora a palavra *praxe* seja "ao nível da mera descrição dos actos (...) uma outra maneira de designar o mesmo objecto" (31).

A institucionalização dos usos e costumes em *praxe* tem também a ver com as alterações que se foram produzindo no seio da vida e da comunidade estudantil. Quando Rodrigo Veloso lamenta o aspecto burguês em que alguns académicos viviam, deixa igualmente transparecer um certo sentimento de nostalgia por coisas e costumes do passado, quando afirma que a verdadeira vida é a daqueles que "ainda prezam as gloriosas tradições legadas por vinte gerações de académicos", porque "conservam puros os hábitos e costumes antigos" (32).

Também a própria Universidade tem uma palavra a dizer nesta matéria. Desde sempre a Universidade de Coimbra teve amplos privilégios. Porém, com a instauração do liberalismo, em 1834, a "alma mater" dos portugueses sentiu-se ameaçada nos seus poderes e privilégios (33). Ciosa dos seus pergaminhos e receando a perda do monopólio do ensino superior, a Universidade, não só via com maus olhos a criação de novos estabelecimentos de ensino superior em Lisboa e no Porto, mas também oferecia resistência a todo o tipo de inovação e mudança. Invocando o seu prestígio ancestral, em 1858, solicitava ao governo uma autorização, para que o reitor e os seus professores pudessem usar, em qualquer acto público solene, fora da Univer-

(29) Francisco Soares Franco Junior, *Memórias da Mocidade. As rosas e os espinhos do amor. (Chronica de Coimbra)*, Lisboa, Typ. do Panorama, 1867, p. 45.

(30) Maria Eduarda Cruzeiro, "Costumes estudantis de Coimbra...", *ob. cit.*, p. 809.

(31) *Idem*, p. 809.

(32) *Folhas ao vento...*, p. 27.

(33) Cfr. Theophilo Braga, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portugueza*, tomo IV, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1902, p. 126 ss; Visconde de Villa-Maior, *Exposição succinta da organização actual da Universidade de Coimbra, precedida de uma breve notícia histórica d'este estabelecimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1877, p. 153 ss.

sidade, as insígnias doutorais <sup>(34)</sup>. Com esta atitude, a Universidade mais não pretendia que dar uma imagem pública do seu poder, que agora se encontrava um pouco ameaçado.

Quando estudantes e mestres, olhando para o passado evocam tradições e procuram manter os usos e costumes que outras gerações praticaram, estão criadas as condições para que do costume, qualquer que ele seja, se faça praxe ou, como diz Eduarda Cruzeiro, o conceito de praxe justifica-se "a partir do momento em que a consciência, explícita ou implícita, das transformações que, em maior ou menor grau, se vão impondo na vida estudantil determina a formação de uma posição ideológica prática de conservação dos valores e costumes tradicionais da instituição académica" <sup>(35)</sup>. Este momento parece situar-se nos primeiros anos da segunda metade de oitocentos.

A praxe centra-se, essencialmente, à volta do "caloiro" por duas razões fundamentais e de carácter funcional: a primeira, porque sendo a relação "caloiro / doutor", muito antiga, é aquela que melhor pode contribuir para fazer a afirmação dos valores tradicionais; a segunda, porque se os valores tradicionais são a afirmação de uma certa originalidade, uma das funções da praxe é precisamente preservar essa identidade.

### 3. Das práticas às representações

Deixando de lado as polémicas existentes entre praxistas e anti-praxistas, aos olhos dos memorialistas a comunidade estudantil afirma-se e assume-se como uma sociedade muito particular. \* <sup>14</sup>

<sup>(34)</sup> Esta pretensão da Universidade foi comunicada por aviso régio de 14 de Abril, nos seguintes termos: "Considerando que as insígnias de que, desde longa data, se revestem os lentes da Universidade de Coimbra são incontestavelmente as mais apropriadas ao carácter respeitável do primeiro corpo científico do paiz e à gravidade do magistério e da importante missão que ele desempenha na sociedade; e que devem por isso ser preferidas em todos os actos públicos a quaisquer uniformes e distintivos, por mais ostentosos que pareçam: Há por bem, acedendo à segunda parte das mencionadas representações, permitir que o prelado e os lentes das diversas Faculdades da Universidade de Coimbra, quando tenham de se apresentar individual ou colectivamente nas solenidades públicas, possam usar das mesmas insígnias de que usam nos actos solenes académicos..." (*Apud Theophilo Braga, ob. cit., p. 469, nota 1*).

<sup>(35)</sup> "Costumes estudantis de Coimbra..ob. cit., p. 836.

Comunidade de certa maneira fechada, sociedade diferente, dispõe de ritos e de formas muito próprias. Em sociedades deste género, a prática de determinados rituais poderá querer significar uma estratégia de valorização dessa mesma sociedade, que se pode traduzir pela dificuldade das provas que qualquer indivíduo tem que prestar para que possa fazer parte dela. Se para ser estudante da Universidade bastava apresentar os certificados dos exames preparatórios, obter autorização do Reitor, proceder à matrícula e, até 1910, prestar o juramento prescrito nos Estatutos, já para se ser estudante de Coimbra estes requisitos não chegavam. Para além do cumprimento das formalidades referidas, os estudantes mais novos haviam que se submeter ainda ao poder dos mais velhos e servi-los, visto que, segundo as normas da praxe, "*Servidão é um cargo imposto ao caloiro (...) em proveito ou serviço do veterano*" <sup>(36)</sup>. Neste sentido, a praxe poder-se-á identificar como uma forma propedêutica de agregação do estudante à comunidade académica.

Eram muitas e diversificadas as práticas e as formas de que os "doutores" dispunham para, no âmbito da praxe, se relacionarem com os "novatos" ou com os "caloiros" <sup>(37)</sup>. Ao longo das diversas "memórias" são frequentes as alusões ao "canelão" à Porta Férrea <sup>(38)</sup>. Considerando-se a Porta Férrea como o espaço que separa o mundo

<sup>(36)</sup> *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra...*, p. 24.

<sup>(37)</sup> Em 1899, "*novato é o estudante do primeiro ano de qualquer faculdade, à excepção da de medicina, por que o primeiranista desta faculdade já tem cursado antes os respectivos preparatórios, que são matemática e filosofia. Caloiro é o estudante do liceu em vésperas de entrar para a Universidade ou, seja, no último ano*" (Alfredo de Pratt, *Bohemia de Coimbra, Coimbra, Imprensa Académica, 1899, p. 42*). Por volta de 1905, os termos 'novato' e 'caloiro' como que se identificam, a julgar pelo depoimento de Diamantino Calisto que refere: "Assim, no 1º ano, se não é 'repetente', isto é, se não perdeu o ano, é 'novato' ou 'caloiro'". (*Costumes Académicos de antanho...*, p. 26). Com o andar dos tempos, o termo "novato" foi desaparecendo: "agora, chamam caloiros àqueles a quem nos dávamos o nome de *novatos*" (Fernando Correia, *Vida Errada. O Romance de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora, Ld<sup>ª</sup>, 1933, p. 45*).

<sup>(38)</sup> A prática do "canelão" à Porta Férrea foi entrando em desuso logo nos primeiros anos do nosso século. Se, em 1902, "ainda havia por vezes à Porta Férrea o estúpido canelão" (Serrão de Faria, *À Porta Férrea. Coimbra dos estudantes e amores, Lisboa, Portugália Editora, 1946, p. 282*), em 1908, já o mesmo e a "pastada" não faziam parte das praxes estudantis. Assim o revela

sagrado (a Universidade) do mundo profano (o exterior), em termos de praxe, o cerimonial que ali se desenvolvia pode identificar-se e caracterizar-se como um rito de passagem <sup>(39)</sup>. Desde a entrada na porta até ao pátio interior, formavam-se duas filas de estudantes, geralmente do 2º ano, para receberem os caloiros. Se estes não tivessem protecção <sup>(40)</sup>, recebiam, não só pontapés nas canelas, mas também com as pastas dos "doutores" na cabeça. Era a chamada "pastada".

Se o "canelão" pode ser identificado como um rito de passagem, as "troças", nos Gerais, correspondiam mais a um tempo de probação, a um rito de margem. Porém, em termos de praxe, tanto uma prática como a outra identificam-se como um tempo de duplo significado: no que respeita aos "caloiros", o tempo é de preocupação, de ansiedade e de muita apreensão, porque se não têm protecção para passarem a Porta Férrea, há que procurá-la ou, então, sujeitarem-se às violências físicas, para depois, nos Gerais, terem que improvisar um discurso, inventar e declamar um poema sobre os temas mais aberrantes e absurdos; tempo de bom humor e de divertimento, não só para os estudantes mais velhos, mas também para alguns professores mais tradicionalistas. Avelino Calisto, por exemplo, da varanda que dá para a sala dos Capelos, "apreciava e quase

um estudante que, nesta data, entrou para a Universidade: "já se não usava a 'canelada' e a 'pastada' nos caloiros, ao entrar a Porta Férrea, mas não se lhes perdoava a troça nos Gerais" (António Durães, "Coimbra do nosso tempo — Meras recordações da mocidade", *Boletim da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra*, nº 12, Coimbra, Julho de 1973, pp. 23-24). A este facto não deve ter sido alheia a campanha feita, em 1905, por José de Arruela e outros.

<sup>(39)</sup> É também à Porta Férrea que o ritual inverso tem lugar. Quando um estudante adquire o seu grau de bacharel faz o seu rito de saída.

<sup>(40)</sup> De uma maneira geral, todos os caloiros procuravam protecção para passarem à Porta Férrea. Esta protecção só podia ser dada pelos alunos quintanistas. No tempo de Trindade Coelho (1880-85), chamam "*Barca...* ao quintanista que passa muitos novatos à Porta Férrea" (Trindade Coelho, *In Illo Tempore*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d., p. 47, nota 1). Isento de canelão ficava também o caloiro que transportasse às costas um aluno do 2º ano (Cfr. João Eloy, *Boémia Coimbrã. A vida académica de Coimbra nos fins do século passado*, Vila Nova de Famalicão, 1938, pp. 29-30). O "canelão" e a "pastada" não se aplicavam aos estudantes militares e padres (Cfr. Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 77).

comandava" (41).

Mas, as "troças" tinham igualmente lugar nas ruas, nos cafés e, sobretudo, nas repúblicas, para onde os "caloiros" eram mobilizados, sendo muitas vezes sujeitos a julgamentos. Tempo de probação que comportava, para além de uma certa prestação de serviços (42), alguma violência física e moral, quando não tratamentos insultuosos (43).

As trupes constituíam uma outra parte importante da praxe. Formadas por "um grupo de estudantes, embuçados nas capas para não serem conhecidos, composto ordinariamente por 'semiputos', 'pés de banco' e 'veteranos' que, à noite, depois do toque da 'Cabra', andavam a ver se algum 'caloiro' ou Incho' aparecia pelas ruas, castigando aqueles que apanhavam sem protecção, com uma colher de pau (...) e com o corte do cabelo" (M) tinham como funções vigiar e controlar. Neste contexto, as trupes, aos olhos de muitos, assumem-se como o garante das normas e regulamentos praxísticos, enquanto que, para outros, não passam de órgãos repressivos, porque limitadores das liberdades individuais.

Dado que o "caloiro" era considerado, face às normas da praxe, um ser inferior, porque "só o Doutor é susceptível de direitos" (45), as relações que se estabeleciam entre as partes estavam muito longe de apresentarem aspectos de equidade. De total dependência, elas desenvolvem-se na plataforma e na qualidade de um ser superior, o "veterano", que é onnipotente, todo poderoso, um verdadeiro e

(41) Octaviano Sá, *Nos domínios de Minerva. Aspectos & episódios da vida coimbrã*, 2- edição, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1941, p. 7.

(42) Nas repúblicas, o caloiro servia à mesa, limpava os sapatos e fazia outros trabalhos domésticos (Cfr. João Eloy, *ob. cit.*, pp. 58-59).

(43) De uma maneira geral, nas ruas e nos cafés, as troças "consistiam em meter o caloiro no meio de uma roda, fazê-lo cantar, dançar e afinal tosquiá-lhe a gaforina, só de um lado. Se o sujeito já tinha barba, cortava-se em diagonal; o cabelo de um lado e a barba do outro" (Antão de Vasconcellos, *Memórias do Mata-Carochas*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1920, p. 53). Os julgamentos nas repúblicas eram troças muito mais violentas, porque "da compostura do caloiro dependia o rigor das provas físicas e morais(...) Se ele se humilhava(...) limitava-se o grau a perguntas chocarreiras, cujas respostas dependiam da inteligência do caloiro. Se era burro, cortavam-lhe o cabelo(...) Se o caloiro se mantinha atrevidaço sofria horrores e em vez do grau apanhava uma grande sova de descascar-lhe o bombo" (*Idem*, p. 52).

(44) Diamantino Calisto, *ob. cit.*, p. 71.

(45) *Leis Extravagantes da Academia de Coimbra...*, p. 19.

autêntico senhor, que sabe de tudo, que tem cultura, que é corajoso e muito viril, para um outro, que é inferior, o "caloiro", que não passa de um animal, um escravo, um ignorante, uma besta e um efeminado (46). Nesta perspectiva, na pena dos memorialistas, que raramente questionavam a ética dos factos praticados (47), a praxe identifica-se, não só como um tempo de submissão e restrição, mas também como um acto relacional de dependência e de obediência.

Se a prática da "patente" já estava fora de moda (48), no tempo do Pad-Zé ainda o "caloiro" começava na estação a carregar a mala do veterano, fazia o seu ano lectivo sob o domínio feroz e implacável do estudante mais adiantado da república, recolhia às 6 horas da tarde, levava, durante o dia, rijo pontapé à *porta férrea* e palmatoada brava pela noite, se seus vacilantes passos não demandavam o domicílio antes do toque da *cabra*" (49). Esta submissão e dependência é, na maior parte das vezes, acompanhada por um certo sentimento de repulsa pelos mais velhos, por uma ideia de terror, quando não

(46) Cfr. Maria Eduarda Cruzeiro, *Action Symbolique...*, p. 201. É importante salientar que ao nível das relações pessoais as situações são totalmente diferentes. O veterano, não só protegia o caloiro, mas também lhe dava conselhos e "explicava-lhe a lição, quando era preciso, e acompanhava-o de noite às vésperas de feriado para que lhe não cortassem o cabelo, ou, como se diz em Coimbra, para que o não *esmonassem*" (Trindade Coelho, *ob. cit.*, p. 172).

(47) Embora alguns memorialistas façam uma ligeira crítica à maneira como as trupes actuavam, a grande maioria mantém um certo silêncio sobre estas matérias. Não são muitos aqueles que, à semelhança de Diamantino Calisto e Serrão de Faria se declaram anti-praxistas. Diz-nos o primeiro: "Tui anti-praxista in partibus", pois repugnava à minha consciência de moço as violências que, em nome da praxe, se praticavam nos camaradas que pela primeira vez se matriculavam no primeiro ano de qualquer Faculdade" (Diamantino Calisto, "Praxes Académicas", *Rua Larga*, nº 17, Coimbra, 30 de Setembro de 1958, p. 506). Veja-se também Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 282.

(48) A "patente" consistia num lauto jantar que o caloiro devia pagar a alguns estudantes e onde ele se limitava a comer os restos, atestando assim a sua condição de ser inferior. Esta prática foi muito criticada e, por isso, veio a ser proibida por edital de 25 de Setembro de 1848 (Cfr. Maria Eduarda Cruzeiro, *ob. cit.*, p. 178, nota 1).

(49) Alberto Costa (Ex-Pad Zé), *O Livro do Doutor Assis. Pensamentos, conceitos, anedotas, larachas, chalaças, agudezas, subtilezas, facécias, ditos de espírito, calemburgos e charadas*, 9.ª edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945, p. 33.

pelo abandono da própria Universidade <sup>(50)</sup>. Se, em 1895, Jerónimo Valverde, por exemplo, demonstra uma grande revolta contra os estudantes mais velhos, chamando-lhes "estúpidos", "bestas", "bandidos e salteadores" <sup>(51)</sup>, em 1906, apesar de as praxes terem sofrido algum abrandamento, também Cabral de Moneada não esconde uma certa perturbação e inquietação no seu estado de espírito ao escrever: "a praxe, as troças (...), a Porta Férrea, as *troupes* aterravam-me" <sup>(52)</sup>.

Todavia, este tipo de relacionamento e atitudes, à semelhança dos ritos iniciáticos, são passageiros, uma vez que, no fim do ano, com as Latadas e, mais tarde, com a Queima das Fitas, quais ritos de agregação, os "caloiros" acabavam por alcançar a sua emancipação. Nesta perspectiva, a praxe apresenta-se como um tempo provisório, um período de probação. Mas, quando a "carta de alforria" era conquistada antes do tempo regular, num momento inesperado, porque o "caloiro" deu uma piada bem humorada ao "veterano" que o troçava ou, porque fez um discurso brilhante, então a praxe pode ser identificada como uma fórmula mágica, visto que permite, num instante, que o "caloiro" não volte mais a ser incomodado. Assim aconteceu com Serrão de Faria, depois de um pomposo discurso no café Marques Pinto: "recebi carta de alforria nas vésperas das férias de Natal de 1900, em sessão plenária de veteranos no café Marques Pinto, com o tema dado pelo então segundanista de medicina Eurico Lisboa: influência do carneiro na política universitária portuguesa" <sup>(53)</sup>.

A contrastar com o carácter provisório, a praxe não deixa de representar também algo de permanente. Da mesma maneira que a sabedoria e a autoridade do lente são o garante do exercício da instituição universitária, igual função desempenha o "veterano" em termos de estrutura e funcionamento da praxe. Embora João de Deus, segundo rezam as crónicas, nunca tivesse feito mal a qualquer "novato", no entanto, jamais deixou de exercer a sua sabedoria e autoridade de "veterano". Fazendo-se zangado e com ar de pessoa muito severa, "somente por causa da praxe", quando conversava com os "novatos", costumava dizer-lhes: "Eu já fui o que tu és; tu

<sup>(50)</sup> Cfr. Maria Eduarda Cruzeiro, *ob. cit.*, p. 175, nota 2.

<sup>(51)</sup> Henrique de Vilhena, *Jerónimo Valverde. V Coimbra (Romance)*, Lisboa, 1942, pp. 18-19.

<sup>(52)</sup> Luís Cabral de Moneada, *Memórias. Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias). 1888-1974*, Lisboa, Editorial Verbo, 1992, p. 57.

<sup>(53)</sup> Serrão de Faria, *ob. cit.*, p. 12.

serás o que eu sou hoje" (54). Mais se realça o sentido de permanência quando "os estudantes do *quinto* ano lembram aos do *quarto*, que avisassem os do *terceiro*, que mandassem aos do *segundo* caçoar os do *primeiro*" (55).

A praxe não é só tempo de submissão e dependência. Ela aparece e identifica-se também como uma grande força integradora do "caloiro" na sociedade académica. Neste sentido, a praxe é um acto de aprendizagem, um processo de aculturação, a que não falta, por vezes, uma certa dimensão pedagógica. Passado que foi algum tempo da sua iniciação em Coimbra, Jerónimo Valverde, à semelhança de muitos outros colegas, vai modificando a sua maneira inicial de pensar e de entender as coisas. A este propósito, o memorialista esclarece: "Entretanto a vida académica de Coimbra ia-se-lhe mostrando, ao Jerónimo, mais agradável e pitoresca. Atenuou-lhe um pouco o rigor da sua impressão por aquelas troças, implicações e violências, vexatórias e odiosas no seu imediato entender, dos antigos ou dos menos novos para com os novos; e foi vendo nos estudantes outros aspectos, alguns de todo o interesse" (56). A dimensão pedagógica da praxe poderá encontrar-se, não só nas potencialidades que cada modalidade de prática oferece, mas também nos objectivos e intenções com que são efectuadas. Se cortar o cabelo a um "caloiro" poderá não passar de um mesquinho acto de molestação física ou de uma certa irreverência juvenil, já a "troça", quando bem conduzida, porque a exigir mais diálogo, se pode apresentar como uma forma de sociabilidade e comunicação. Segundo Diamantino Calisto, "a troça" "era muito necessária para aqueles estudantes vindos dos liceus perfeitos" bichos de mato "a fim de os fazer despertar e de os tornar sociáveis" (57). A perspectiva de aprendizagem e a dimensão pedagógica estão igualmente presentes quando esta se identifica com um ritual de iniciação, uma vez que a aceitação e a eficácia do poder simbólico permitem fazer, não só a separação entre os que pertencem ao grupo e os que estão fora dele, mas também contribuir para a valorização social do próprio grupo.

Finalmente, se a praxe, no seu conjunto, se pode identificar

(54) *Apud* Alfredo de Pratt, *ob. cit.*, p. 211.

(55) A. C. Borges de Figueiredo, *Coimbra Antiga e Moderna*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1886, p. 195.

(56) Henrique de Vilhena, *ob. cit.*, p. 163.

(57) Diamantino Calisto, "Praxes Académicas", *Rua Larga...*, nº 17, p. 506.

com o grande ciclo ritual da instituição, aos olhos dos memorialistas, ela aparece como urna lógica funcional, muito antiga, que se transmite de geração em geração e, por isso mesmo, com capacidade de auto-reprodução. É o "novato" quem, tendo sofrido imensas torturas, promete vingar-se. Nicolau Tolentino testemunha-o assim:

"Sofri continua tortura  
Sofri injúrias e acintes  
Lançei tudo em escritura  
E nos novatos seguintes  
Fiquei pago e com usura "<sup>(58)</sup>.

<sup>(58)</sup> *Apud Hippolyto Raposo, Coimbra Doutora, Coimbra, F. França Amado, 1910, p. 85.*